



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA (31ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Trigésima Primeira (31ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 02 de outubro de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Luiz Antônio Guarnieri (12), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Luiz Antonio Guarnieri para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Presidente submeteu à apreciação do Plenário as atas da Trigésima (30^a) Sessão Ordinária e da Décima Quarta (14^a) Sessão Extraordinária, realizadas, ambas, em 22 de setembro de 2014, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 102, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 83/2014, datada de 22/09/2014, objeto do Ofício nº 83/2014, de igual data, “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 5.141, de 2011, que dispõe sobre o Fundo Municipal de Manutenção e Ampliação do Zoológico Municipal”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 2. Projeto de Lei nº 103, de 2014, do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 85/2014, datada de 29/09/2014, objeto do Ofício nº 85/2014, de igual data, “estimando a receita e fixando a despesa do Município de Mogi Mirim, para o exercício de 2015”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 104, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 86/2014, datada de 03/10/2014, objeto do Ofício nº 86/2014, de igual data, “dispondo sobre a concessão da administração do serviço funerário do Município de Mogi Mirim, mediante prévia licitação e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 105, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 87/2014, datada de 03/10/2014, objeto do Ofício nº 87/2014, de igual data, “coibindo o uso não racionalizado de água potável em Mogi Mirim e dando outras



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 06, de 2014, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Doutor Marcelo Fernando Galloro”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Balancete da Receita e Despesa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim – SAAE, “referente ao mês de agosto/2014”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios nºs. 83, 85, 86 e 87/2014 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 102, 103, 104 e 105/2014 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 512, 513, 516 e 523, de 2014, do Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que proceda operação de reforma completa em todos os playgrounds das praças da cidade”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que proceda reforma completa nos vestiários do campo de futebol Tucurão, bem como a colocação de uma quadra de areia, para prática de futevôlei”, “seja oficiada a agência local dos Correios e Telégrafos, para que faça a entrega de correspondências nos bairros Jardim Di Verona, Jardim Regina, Residencial Floresta, Jardim Hélio Cruz, Residencial do Bosque, Jardim Eunice e Residencial Flores do Campo” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando-lhe abaixo-assinado de moradores, para que ele, junto ao SAAE, proceda a ligação de água até a Chácara das Uvas, na Estrada Corta Rabicho”; nºs. 514, 515 e 522, de 2014, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe informe sobre a possibilidade de incluir um projeto de malha cicloviária no Plano Diretor atual”, “seja



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe o porquê de a Contribuição de Iluminação Pública – CIP já estar sendo cobrada, desde agora, e não a partir de janeiro de 2015, quando entrará em vigor” e “sejam oficiadas as operadoras de telefonia celular Telefônica Brasil S/A – Vivo; Claro S/A – Claro; Tim Celular S/A – Tim e TNL PCS AS-OI – Oi, para que camuflem suas respectivas torres de transmissão de sinal, com símbolos verdes, ou que caracterizem a cidade”; n°s 517 e 524, de 2014, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que revogue a lei que instituiu a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, cobrada dos consumidores da concessionária responsável pelo fornecimento e distribuição da energia elétrica em Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe indicação n° 69/2013, para retorno dos Jogos dos Trabalhadores na cidade”; n°s 518 e 519, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a empresa Elektro, para que remeta as planilhas, contendo informações sobre os gastos com iluminação pública dos últimos três anos, bem como informações de incidência de repasse nas contas, de algum valor referente a iluminação pública e, em caso positivo, informe como será feito o desconto, já que o município assumirá tal serviço” e “seja oficiada a Secretária de Finanças, para que envie a planilha do estudo de impacto financeiro, contendo os valores adotados para elaborar a tabela de cobrança, aplicada na contribuição de iluminação pública”; n°s 520 e 521, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Secretário de Habitação do Estado de São Paulo, requerendo-lhe informações sobre a documentação de regularização do Bairro Domênico Bianchi, em Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, para que através da Secretaria de Obras e Planejamento, informe sobre o andamento da infraestrutura do bairro Domênico Bianchi,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

como por exemplo, implantação de galerias de água, guias e sarjetas, asfalto”; nº 525, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre os tratores e implementos agrícolas, recebidos no dia 24 de setembro do corrente”; nºs 526 e 527, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a programação de manutenção nas estradas municipais rurais MMR – 123 e MMR – 162” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre projeto de reforma da ponte sobre o Córrego Azul, estrada MMR – 360, no Bairro Rural Córrego Azul”; nºs 528 e 529, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Conselho Tutelar de Mogi Mirim, para que averigüe denúncias a respeito do transporte irregular de alunos da rede municipal, tais como a superlotação” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia do memorial descritivo da obra e do contrato entre a empreiteira, que está realizando a reforma da UBS Antônio Albejante, e o município”; nºs 530 e 531, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe quando será feita a quitação, junto às empresas que prestaram serviços de transporte de alunos da zona rural, referentes aos meses de junho e julho” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o teor do Requerimento nº 106/2014, que solicitou informações sobre o Programa de Saúde da Família – PSF, localizados nos bairros rurais Horto Vergel e Gabrielzinho”; nºs 532, 533 e 534, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Guarnieri, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre os repasses municipais para a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o serviço de tratamento de ecoterapia” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre as avaliações dos últimos quatro anos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da cidade”; nº 535, de 2014, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o consumo da iluminação pública, quanto foi a manutenção do mesmo e quantos pontos de iluminação existem no município de Mogi Mirim”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 600, 601, 602, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “instalação de bocas de lobo na Rua Professora Bertha Bueno de Azambuja, no Jardim Primavera”, “colocação de grades, que estão faltando, em diversas bocas de lobo, por toda a cidade” e “providências para poda do mato, manutenção de quadra poliesportiva, instalação de brinquedos e de brinquedos adaptados na praça do Jardim Primavera, localizada na convergência das ruas Santos Dumont e Dr. Joaquim Alfredo Rolim Rosa”; nºs 603, 605 e 613, de 2014, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “implantação de ciclofaixa no Distrito Industrial José Marangoni, na Avenida João Pinto”, “notificação à Elektro, Vivo e NET, para organização das fiações no Distrito Industrial José Marangoni” e “limpeza dos bueiros na esquina da Rua 1º de Maio, com a Avenida Adib Chaib”; nº 604, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “instalação de placas, para identificação, com respectivos nomes, nas ruas do Jardim Floresta”; nºs 606, 607, 608 e 610, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, sugerindo, respectivamente, “instalação, ou troca de lâmpadas, com urgência, na Rua Armando Tarraschi, 600, Chácaras São Marcelo”, “instalação de bebedouro elétrico na EMEB Professor Jorge Bertolaso Stela, no Parque do Estado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

II”, “instalação de ponto de luz, na viela, localizada próxima à rua Alberto Missaglia, no Bairro Parque do Estado II” e “implantação de redutor de velocidade, tipo lombada, na Avenida Mogi Mirim, próximo ao supermercado”; nº 609, de 2014, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, “que as operadoras de telefonia celular camuflam suas torres de transmissão de sinal, com símbolos verdes, ou que caracterizem a cidade”; nºs 611 e 612, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, “operação tapa-buracos na Rua Alan Kardec, no Parque da Imprensa” e “implantação de redutor de velocidade, tipo lombada, na Rua Amélia Camargo Azevedo, no Bairro Jardim Linda Chaib”; nºs 614, 615 e 616, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, sugerindo, respectivamente, “implantação de redutor de velocidade, tipo lombada, na Rua Asteca, no Jardim Aeroclube”, “colocação de grades, ou tampas, nas bocas de lobo, recentemente construídas, no Parque das Laranjeiras, especificamente, na Rua 19, próximo ao nº 63” e “implantação de redutor de velocidade na Rua Luiz Gonzaga Guerreiro, Jardim Maria Beatriz”; nº 617, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, “melhorias e manutenção na EMEB Humberto Brasi”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 73 e 74, de 2014, do Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o Secretário de Esportes, Dirceu Paulino, pela realização dos Jogos Escolares de Mogi Mirim – JEMM 2014” e “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com a direção, corpo docente e discente da EMEB Humberto Brasi, pela conquista da taça de campeã nos Jogos Escolares de Mogi Mirim – JEMM 2014”; nº 75, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com os instrutores do PROERD, soldados PMs



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Eliângela Cenzi dos Santos de Paula e Aparecida Fátima P. B. Franklin da Cunha, pela formatura dos alunos do 5º e 9º anos do PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência”; nº 76, de 2014, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o Sr. José Osvaldo Buscarato, conhecido como Zé do Ovo, pelo transcurso do Dia Estadual do Ovo”. Neste ponto da sessão, fez uso da palavra, *Questão de Ordem*, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que solicitou, haja vista a aprovação da Moção nº 76/2014, consulta aos pares, para que adentrasse ao Plenário o Sr. *José Osvaldo Buscarato*, conhecido como *Zé do Ovo*, para que recebesse uma pequena homenagem da Secretaria Municipal de Agricultura, pelo transcurso do Dia Estadual do Ovo, o que foi aprovado, unanimemente, pela Casa. O Vereador Osvaldo Quaglio explicou que o profissional em questão trabalhava na comercialização do produto há cinquenta anos e, dada a sua permanência no ramo, ele passara a ser conhecido, carinhosamente, como Zé do Ovo. Relatou que, por meio de seu trabalho, José Buscarato havia formado seus filhos, construído sua casa, sempre atendendo a uma seleta carteira de clientes, tais como, supermercados, açougues, fábrica de bolos e de salgados, comercializando, semanalmente, cerca de três mil e quinhentas dúzias de ovos. Explicou que, em 1996, havia sido criado, pelo Egg Commission (IEC), com sede em Londres, o Dia Mundial dos Ovos, também comemorado na segunda sexta-feira de outubro. O Sr. José Buscarato ocupou lugar em Plenário e fez uso da palavra, falando sobre as propriedades do ovo e seu comércio na cidade e região. O vereador peessedebista, em nome do Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, entregou ao comerciante um livro, intitulado “Ovo – 50 Melhores Receitas” e foi feito convite a todos, para sorteio de cartelas de ovos durante a realização da Feira Noturna, na próxima quarta-feira, no Espaço Cidadão. O comerciante foi calorosamente aplaudido, deixou o recinto do Plenário e a sessão retornou ao seu curso



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

normal. Posto isto, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº 5150/2014, datado de 10 de setembro de 2014, subscrito pelo Deputado Enio Tatto, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, “encaminhando Requerimento nº 2008/2014, da Deputada Heroilma Soares Tavares, de congratulações, pelo transcurso do aniversário do município de Mogi Mirim”; (arquite-se); Ofício Circular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Combate à Fome - Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira nº 20/2014, datado de 1º de julho de 2014, subscrito pela Sra. Dulcelena Alves Vaz Martins, Diretora Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, “comunicando a transferência de recursos destinados à manutenção dos Serviços de Ação Continuada”; (arquite-se); Ofícios nºs. 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 690, 691, 692, 693, 694, 689, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, datados de 19, 22, 24, 25 e 30 de setembro, 1º e 02 de outubro de 2014, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 468/2014; Indicação nº 491/2014; Indicação nº 497/2014; Indicação nº 488/2014; Indicação nº 509/2014; Requerimento nº 473/2014; Requerimento nº 484/2014; Requerimento nº 481/2014; Requerimento nº 453/2014; Indicação nº 541/2014; Indicação nº 540/2014; Indicação nº 221/2014; Requerimento nº 466/2014; Requerimento nº 480/2014; Indicação nº 572/2014; Indicação nº 575/2014; Indicação nº 562/2014; Indicação nº 565/2014; Indicação nº 564/2014; Indicação nº 297/2014; Requerimento nº 447/2014; Requerimento nº 488/2014; Indicação nº 521/2014; Indicação nº 378/2014; Indicação nº 578/2014; Indicação nº 574/2014; Indicação nº 571/2014; Indicação nº 570/2014; Requerimento nº 496/2014; Requerimento nº 508/2014; Requerimento nº 502/2014; Requerimento nº 477/2014; Requerimento nº 663/2014; Requerimento nº 471/2014; Indicação nº 460/2014; Indicação nº 566/2014; Indicação nº 119/2014; Indicação nº 517/2014;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento nº 440/2014; Requerimento nº 730/2014; Indicação nº 585/2014, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores); Ofício nº 203/2014, datado de 22 de setembro de 2014, subscrito pelo Sr. Paulo R. Menna Barreto de Araújo, Coordenador Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde 08 de Abril, “respondendo ao Requerimento nº 424/2014, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência à Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira); Ofícios nºs. 250996, 250997, 250998, 250999, 251000, 251001, 251002, 251003, 251004, 251005, 251006, 251007, 251008, 251009, 251010, de 2014, datados de 25 de setembro do corrente ano, subscritos pela presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que cumprimentou os sessenta e sete mil eleitores da cidade, os quais tinham comparecido às urnas e cumprido o seu compromisso democrático, elegendo Geraldo Alckmin, PSDB, para o seu quarto mandato como Governador do Estado de São Paulo, vencedor nas urnas de seiscentas e quarenta e nove cidades do interior do Estado, com exceção da cidade de Hortolândia. Informou que, em Mogi Mirim, o Governador Alckmin recebera sessenta e oito por cento dos votos do município, e se congratulou também com a eleição, para o Senado, de José Serra; de Silvio Torres, para Deputado Federal, e elogiou a votação de Aécio Neves, que permitiu a disputa de um segundo turno para presidente. A Vereadora cumprimentou os candidatos da cidade, especialmente os Vereadores Waldemar Marcurio e Dayane Amaro, respectivamente, candidatos a Deputado Federal e Estadual, pela coragem de apresentarem seus nomes à apreciação popular e pela votação recebida, e ainda, cumprimentou os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

candidatos a deputado estadual e federal do PSDB, respectivamente, Barros Munhoz e Silvio Torres, pela expressiva votação recebida na cidade. Depois, versou sobre o transporte escolar rural, registrando a presença, nas galerias da Câmara, de representantes de Rosa Transportes, e fazendo referência ao requerimento, de sua iniciativa, que solicitava, do Prefeito, informações sobre quando seria feita a quitação do pagamento das empresas, que tinham prestado o serviço de transporte de alunos, as quais não haviam recebido os valores referentes aos pagamentos dos meses de junho e julho. “O requerimento foi aprovado, por unanimidade, e nós vamos aguardar a resposta do Chefe do Executivo”, frisou. A Vereadora Maria Helena denunciou que a empresa Rosa Transporte fora impedida de participar de pregão, realizado na data, para novas contratações para o transporte escolar, por questões de especificações técnicas, porque o objeto do pregão pedia ‘locadores de veículos’ e Rosa Transportes era ‘transportadora’, e que, as empresas vencedoras do processo licitatório eram, portanto, oriundas de Mogi Guaçu e Lindóia, excluídas, totalmente, as empresas mogimirianas. “Os mogimirianos não puderam participar, mogimirianos não puderam trabalhar e fica o meu protesto contra o Executivo Municipal, por esta exclusão”, acentuou e concluiu sua fala. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que comentou requerimento que apresentou, a respeito de reformas de Unidades Básicas de Saúde – UBSs. Contou que estivera visitando algumas UBSs, que estavam sendo reformadas e que, tinha notado, que nada constava, não existiam placas informativas nas unidades, sobre valores de reformas, ou o que seria executado em relação às obras, não percebendo ela, oradora, qualquer movimento, sequer de pessoas trabalhando, tudo parado, a reforma estacionada, quando era sabido que existiam exigências, em lei, porque a verba não era municipal e, portanto, as reformas tinham que ser feitas de forma legal, sendo de amplo conhecimento público. “Espero que o Poder Executivo coloque em ação as placas, dando conhecimento à população daquilo que é



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estabelecido por lei”, citou. Ainda no assunto das UBSs, clamou por atenção para a zona rural, que sofria com a distância, com a falta de médicos, com instalações extremamente precárias, como era a do Bairro Gabrielzinho, que apresentava trincas e rachaduras. “As chuvas estão chegando, portanto, vamos ver se a administração se apressa com a reforma desses locais”, colocou. Com relação ao transporte escolar rural e o processo licitatório, modalidade Pregão, realizado na data, a Vereadora disse que cabia uma fiscalização, porque já era de seu conhecimento que certa empresa, de outra cidade, provavelmente, seria a ganhadora da licitação e assim havia acontecido, levando-a a defender uma investigação do corrido, para comprovação de ilegalidade, ou não, e tomada de providências, junto aos interessados, através do Tribunal. “Vamos nos reunir e tomar atitudes, porque é mais uma licitação da prefeitura que está sendo questionada, então, se é assim que o Executivo gosta de trabalhar, vamos continuar”, destacou. Para finalizar, comentou projeto de sua autoria, de alteração da LOM, para votação na “Ordem do Dia”, lembrando aos colegas, que se tratava apenas de uma alteração ao que já existia, acrescentando inciso ao item das audiências públicas, motivo pelo qual, solicitou a aprovação de todos. Na sequência, ocupou a tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa, em protesto silencioso, para contratação de um intérprete de Libras, colocando que prosseguia em mutismo e que, um vídeo, com legenda, contendo a totalidade de seu discurso, estava à disposição de todos, em sua página, na Internet. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi que, desde logo, lamentou o ocorrido no pregão do transporte escolar rural, criticando que empresários da cidade tivessem sido impedidos de participação, por questões técnicas menores. Explicou que tinha lutado para que as empresas de Mogi Mirim pudessem participar do pregão, algo que não ocorrera, porque não tinham conseguido se enquadrar em especificações técnicas. Prosseguindo, registrou requerimento que apresentara, solicitando a reforma da ponte do bairro rural Córrego Azul, interditada há muito tempo, para que os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

produtores rurais do município pudessem fazer o escoamento da produção agrícola, e denunciou outras duas estradas, no bairro Brumado, que estavam intransitáveis devido ao mato que cobria o leito carroçável, não permitindo o trânsito simultâneo de dois veículos, solicitando melhorias. Por fim, comentou sobre a Contribuição da Iluminação Pública – CIP, dizendo que equívocos estavam acontecendo, porque a taxa estava sendo cobrada na zona rural e a lei aprovada pela Câmara não contemplava a cobrança de tal taxa aos produtores rurais, notadamente, um erro. Como os próximos inscritos, Vereadores João Antonio Pires Gonçalves e Daniel Gasparini dos Santos, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que também falou sobre o transporte escolar rural, aclarando que havia apresentado requerimento sobre o assunto, em sessões passadas, recebendo, agora, uma resposta da administração. Segundo informava a Prefeitura, desde o dia 02 de setembro, o transporte escolar havia sido assumido pela Prefeitura, em substituição ao sistema terceirizado; que isso se dera em virtude da suspensão do processo licitatório, que alguns casos de alteração de horários haviam ocorrido, no início da mudança, e que, a mudança propiciara uma diminuição do tempo de permanência das crianças nos veículos. O Vereador disse ter colhido informações extraoficiais, de que o transporte escolar também estava enfrentando problemas por falta de combustível, acreditando que a denúncia poderia ser perfeitamente verdadeira. “Interessante o prefeito dizer que está tudo em ordem, quando vemos que as reclamações continuam, que os empresários locais não conseguem se enquadrar no processo licitatório, não conseguem trabalhar, que empresas de fora da cidade ganharam o pregão, algo que não é possível compreender, e, agora, inventaram uma semana de estudos pedagógicos, que, em minha opinião, é uma invenção para tapar o sol com a peneira, porque não conseguem transportar os alunos, então, infelizmente, são coisas que acontecem, fazem a cidade ir de mal a pior e, como falava o ex-vereador Jorge Módena, vamos ‘a ver’ o que vai



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acontecer, até o final desta administração”. O Vereador prosseguiu com suas críticas, colocando que não se percebia nada de produtivo por parte da administração; que somente duas secretarias municipais funcionavam, plenamente, a saber, a de Esportes e a de Agricultura, porque a grande maioria não realizava um trabalho a contento, indo de mal a pior; que ele iria continuar cobrando e fiscalizando; que iria observar, com atenção, a questão da última licitação do transporte escolar; que as empresas mogimirianas tinham que receber os pagamentos em atraso, que a situação geral era catastrófica, porque, até mesmo construtoras, que realizavam obras na cidade, não estavam recebendo seus pagamentos e que, tudo isso era muito estranho, questionando para onde fora o dinheiro do erário. “Não há dinheiro para pagar ninguém; onde está o dinheiro da prefeitura, como pode isso?”, questionou. Por fim, colocou que ele não compactuaria com tal situação, que iria cobrar da prefeitura, para que mostrasse o que estava acontecendo, porque a situação estava muito ruim e, concluindo sua participação, parabenizou os Vereadores Dayane Amaro e Waldemar Marcurio Filho, pela coragem de terem lançado seus nomes e disputado uma eleição para deputado, algo nada fácil, bem como se congratulou com os outros candidatos da cidade. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota. Esta, primeiramente, lembrou ter sido procurada, no ano de 2013, pelo proprietário da Livraria Papiro, que lhe expusera um projeto de Cartão Escolar, um crédito oferecido aos estudantes da rede pública, para aquisição de materiais escolares em quaisquer livrarias da cidade. Relatou que apresentara a ideia ao Poder Executivo; que ela não prosperara junto à administração, que os proprietários de livrarias tinham sido pegos de surpresa com uma licitação, que os excluía. Disse que a luta havia prosseguido e que, finalmente, para o próximo ano, parecia-lhe o projeto do Cartão Escolar iria decolar, permitindo que cada criança da rede pública de ensino comprasse o seu próprio material, onde bem preferisse, que isso era benéfico pedagogicamente e que, o comércio da cidade seria também



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

valorizado. “Acredito que só temos a ganhar com o Cartão Escolar, tanto a cidade, bem como as crianças da rede pública de ensino”, frisou. Com relação a outro assunto, disse ter sido surpreendida com uma decisão do Conselho Municipal Saúde. Explicou que era defensora do conselho, de sua atuação, mas que era contra o abuso de poder; que o conselho havia realizado uma reunião, deliberando que fosse suspenso, imediatamente, o tratamento de ecoterapia no município, alegando várias considerações, dentre elas, a questão da prioridade; que a Lei Federal nº 8080, a Lei do SUS, rezava que a saúde era direito de todos e dever do Estado, independente de raça, cor, credo, e não sublinhava a questão da prioridade; que talvez os membros do conselho pensassem estarem ainda na Idade Antiga, ou Média, onde os deficientes eram ‘bobos da corte’, pois não entendiam que a ecoterapia era algo extremamente importante; que lutava desde 1997 pela terapia diferenciada e quando Mogi Mirim, finalmente, conseguia oferecer tal tratamento, o Conselho de Saúde deliberava para interromper este tratamento, dizendo que não era prioritário; que a ecoterapia era reconhecida pelo SUS e amparada também por lei municipal; que existiam processos, na Justiça, para que ela acontecesse; que existiam pessoas, na cidade, as quais tinham aguardado durante vinte anos pela implantação da ecoterapia; que o conselho não podia levar a questão ao plano político-partidário, mesmo porque ele tinha outros importantes assuntos a se preocupar, e questionou onde estavam a agenda de metas da saúde, as propostas para o Plano Plurianual e a atuação do conselho nos postos de saúde, levantando a demanda, e que, todo o barulho se condensava em cima da ecoterapia e do deficiente, que mais uma vez, era excluído. “Nós brigamos pela acessibilidade, pela inclusão e que surpresa foi ver o Conselho de Saúde se posicionando contra um tratamento tão prioritário, para o qual não há substituição, pois as mães lutam para que os filhos consigam controlar suas cabeças sobre os pescoços, logo, não há justificativa, mostrem-me onde está, na lei do SUS, a questão da prioridade”, destacou e concluiu. Na sequência, fez uso da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, desde logo, posicionando-se solidário aos empresários do transporte escolar, dizendo que conhecia a luta que travavam, que ele havia participado das reuniões junto ao Poder Executivo, mas que, infelizmente, os empresários tinham sido excluídos do processo licitatório. Ato contínuo, parabenizou os Vereadores Waldemar Marcurio Filho, Dayane Amaro Costa e os demais candidatos da cidade, por terem lançado seus nomes à apreciação popular, algo nada fácil, mas que trazia experiência. Depois, justificou-se de não tê-los ajudado durante a campanha, explicando que fora procurado tardiamente e, portanto, que já tinha parcerias estabelecidas. Também se congratulou junto aos deputados eleitos e aos que havia ajudado, tais como, Cauê Macris e Paulinho da Força Sindical, bem como o primeiro suplente de seu partido Solidariedade, João Dado. O Vereador falou também sobre a Contribuição de Iluminação Pública – CIP. Disse que, muito antes do assunto estar na mídia, já era procurado por moradores, que reclamavam das contas, as quais apresentavam valores muito elevados; que sempre explicara aos munícipes, que se tratava de uma disposição federal, através da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; que o município só poderia cobrar a taxa, caso estivesse fazendo a manutenção do sistema, algo que não estava acontecendo, pois, se era a Elektro quem estava fazendo a manutenção, perguntava por que razão a taxa de iluminação; que tinha apresentado requerimento sobre o assunto, porque a Prefeitura deveria ter um documento da Elektro, autorizando-a a executar a manutenção e, por conseguinte, cobrar a taxa dos munícipes, algo que, na ciência do nobre vereador, não estava acontecendo, levando-o a crer, portanto, que a população estava pagando, em dobro, pelo serviço e que, estava apenas aguardando respostas à sua propositura, oriundas da Elektro e do Poder Executivo, para somente depois, com as informações em mãos, propor uma audiência pública, com a presença dos munícipes, com a presença de representantes da Elektro, com o pessoal da Prefeitura e da Promotoria Pública, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discussão plena da situação. “No requerimento que apresentei hoje, peço à Secretaria de Finanças que informe o levantamento do impacto financeiro e à Elektro, que nos envie a planilha de gastos dos últimos três anos, portanto, com todas as informações em mãos, teremos condições de fazer a audiência pública e estamos agindo, não estamos parados, estamos lutando pelo direito de todos os moradores de Mogi Mirim, penso que vamos conseguir, quem sabe, a revogação da taxa ainda neste ano e outras surpresas, porque estamos, no Estado, com uma frente grande de vereadores, são duzentas e vinte cidades, onde esta taxa foi implantada, e estamos formando um grupo, para defender não só Mogi Mirim, mas todos esses municípios”, afirmou e encerrou seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri. O vereador, de início, parabenizou os vereadores que tinham se candidatado às eleições, Waldemar Marcurio e Dayane Amaro, pela coragem, assim como parabenizou os demais candidatos da cidade, Professor Massao Hito, Moacir Genuario e Marco Antonio, e ainda, o reeleito deputado federal Nelson Marquizzelli, PTB/SP, de quem era conhecido. A seguir, versou sobre a licitação do transporte escolar, dizendo que era muito difícil não tecer críticas, infelizmente. Explicou que esta era mais uma licitação direcionada, que desta vez, excluía empresários e prestadores de serviço de Mogi Mirim, os quais, anteriormente, tinham desenvolvido tão bem o trabalho na cidade. Aclarou que a vencedora da licitação havia sido uma empresa de fora da cidade, com sede em Lindóia, que os vereadores estavam na Casa para ajudar e denunciar e que, a principal função da vereança era mostrar o que acontecia, de fato, dentro do Poder Executivo. Depois, destacou os requerimentos que apresentou, solicitando, respectivamente, informes sobre os repasses municipais para a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, informes sobre o serviço de tratamento de ecoterapia e informes sobre as avaliações dos últimos quatro anos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da cidade. Explanou que desejava saber o porquê da redução de algumas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

verbas predeterminadas no contrato, que fora realizado no ano corrente, uma vez que tinham sido reduzidas verbas da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, de quatrocentos e quarenta e cinco mil reais mensais, para quatrocentos mil reais/mês; o número de cirurgias eletivas havia diminuído e o valor que fora determinado no contrato, quando de sua assinatura, também tinha sofrido redução de duzentos e trinta e cinco mil reais. Disse que iria procurar o Secretário de Saúde, Gérson Rossi, para conversar e procurar encontrar alternativas e, com relação aos outros requerimentos, informou que desejava saber informações sobre a ecoterapia, qual o número de adolescentes atendidos e o que poderia ser feito para ajudar na solução do impasse, a fim de que o serviço não fosse interrompido. Em relação ao IDEB, afirmou que solicitava os informes, para que pudesse fazer um acompanhamento do índice de aprendizado e da precariedade das escolas, sobretudo, saber a razão de professores constantemente ausentes da sala de aula, haja vista que eram muitos os problemas e precisavam ser resolvidos, com urgência. “A Prefeitura não tem dinheiro para ecoterapia, não tem dinheiro para ajudar a Santa Casa, o que é muito interessante; exclui da licitação os empresários e prestadores de serviço da cidade, para contratar uma empresa de outra cidade, logo, é, realmente, bastante decepcionante”, destacou e encerrou participação. Como o próximo inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre Edil Cinoê Duzo. Este registrou seu protesto contra o Governo Municipal, referente ao transporte escolar rural, que, anteriormente, funcionava muito bem e, atualmente, estava a desejar, numa verdadeira falta de respeito para com os empresários locais, os quais não tinham ainda, recebido os pagamentos referentes aos meses de junho e julho, numa prova irrefutável de que a administração não cumpria com a parte que lhe cabia, demonstrando total falta de compromisso com alunos, com os pais da zona rural e com os empresários da cidade. A seguir, falou sobre o requerimento que apresentou, solicitando do prefeito que revogasse a lei que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tinha instituído a Contribuição da Iluminação – CIP, aprovada pela Câmara, não com seu voto. Narrou que a população estava com raiva, inconformada, uma vez que a taxa, que começaria a ser cobrada em 2015, fora antecipada e estava sendo cobrada desde o mês de setembro. Lembrou que a prefeitura estava cobrando por algo, do qual não dava a contrapartida, pois existiam lugares, onde a taxa era cobrada, mas não possuíam sequer postes instalados, e a taxa também não deveria ser cobrada na zona rural. Salientou que a população estava revoltada e com razão, porque estava pagando por algo que não era cumprido pelo Prefeito Municipal e se dirigiu aos internautas, pedindo pela participação popular. “Internauta, sozinho, o problema é meu, mas juntos, o problema é nosso e, se isso ocorresse na Argentina, nós teríamos panelaço e pressão em cima o governo, que faz o que quer, como quer, e não está nem aí para a população, portanto, vamos nos organizar e cobrar, porque, nas reuniões que faz, o prefeito não resolve nada, passa um mel, conta uma lorota e depois surge com esta taxa da iluminação pública horrorosa, quando ele poderia muito bem ter conscientizado a população, com antecedência, mas, ao invés disso, deu esse presente de Natal antecipado, que é a taxa de iluminação pública, enquanto bairros inteiros sequer têm postes de iluminação”, explanou e concluiu sua fala. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio, que falou sobre vários assuntos, mas, primeiramente, agradeceu os parabéns recebidos, pela votação que tivera, afirmando que a disputa eleitoral era algo muito difícil, mas que engrandecia e trazia conhecimento. Depois, abordou o assunto da CIP, registrando que fora favorável à taxa e explicando seu posicionamento. Aclarou que, quando da votação da matéria, uma tabela tinha sido apresentada, pelo Poder Executivo, demonstrando um acréscimo mínimo na conta de energia, algo em torno de um real e noventa centavos, mas que, agora, com a CIP em vigor, a taxa se apresentava num valor de doze reais e cinquenta centavos, sem contar os casos de duplicidade, com cobranças num



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mesmo endereço, no valor de até quinze reais e cinquenta centavos. Posicionou-se de acordo com o requerimento do Vereador Cinoê Duzo, porque ele, orador, assim como os demais vereadores, que haviam sido favoráveis, tinha dado seu voto pela legalidade do projeto de lei, haja vista que em várias outras cidades a cobrança já era efetuada, desde há muito, lugares como Conchal, Santo Antonio de Posse e Mogi Guaçu, mas jamais da forma como estava sendo conduzida em Mogi Mirim, onde ela era feita sem critérios. “Tudo o que for para beneficiar o munícipe é bom, mas fazer a cobrança na duplicidade, ou valor maior, deixa qualquer vereador estarecido e eu agradeço o requerimento do Vereador Cinoê Duzo, porque também aguardo essas respostas do Poder Executivo”, destacou. Prosseguindo em seu discurso, parabenizou o Vereador Jorge Setoguchi, representante da área rural, pela sua presença, durante cerimônia de entrega de tratores, agenda da Secretaria Municipal de Agricultura, e registrou que havia apresentado um requerimento, solicitando informações a respeito do maquinário e também sobre os implementos agrícolas. Explicou que a emenda, que tinha permitido a aquisição dos equipamentos, fora inicialmente ajustada em duzentos e cinquenta mil reais; que ela tinha sido captada por intermédio do Deputado João da Silva, PT; que seu valor fora suplementado, para quatrocentos e cinquenta mil reais, a pedido do Secretário de Agricultura, objetivando a compra de um segundo trator e de um destocador; que existia um acordo, feito entre Prefeitura e o Sr. Walter Aparecido Durante, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais – Assentamento 12 de Outubro, para que o trator e o destocador atendessem também os pequenos produtores da associação 12 de Outubro; que o trator iria beneficiar e muito os pequenos agricultores, bem como o destocador, que evitaria o rombo no solo, causado por máquinas maiores, e que, desejava ver o acordo cumprido, para que as máquinas fossem encaminhadas também para o assentamento, lembrando, mais uma vez, que a emenda tinha sido de iniciativa do deputado estadual petista, a pedido do senhor Walter Durante,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presidente da associação, e a pedido dele, orador. Por fim, reportou-se ao discurso proferido pela Vereadora Daniela Dalben Mota. “Concordo com ela, porque penso que, talvez, as pessoas que estão representando o Conselho Municipal de Saúde não tenham filhos com deficiência, ou um parente próximo, necessitando de ecoterapia; não é fácil julgar, tenho amigos que precisam, realmente, da ecoterapia, eu não iria entrar no mérito da questão, mas não acho justa a diferenciação que foi feita, porque a acessibilidade é um direito de todos e a ecoterapia também, logo, contem comigo”, salientou e concluiu. O próximo orador a discursar foi o Vereador Laércio Rocha Pires. Este, desde logo, parabenizou a Vereadora Daniela Dalben Mota, pelas palavras que tinha dito e pelo excelente trabalho que vinha realizando, e lembrou que, desde quando diretora da saúde, ela sempre havia lutado pela ecoterapia, colocando-se também ele, orador, à disposição da nobre vereadora, para ajudar-lhe na luta que empreendia. Prosseguiu, falando sobre a CIP, colocando que certo vereador tinha que ser honesto com a população e explicar que a cobrança da CIP advinha de uma lei federal e que, cinquenta e cinco por cento das cidades do Estado tinham aderido à taxa de iluminação. Afirmou que estava revoltado, porque o prefeito tinha combinado algo que não cumprira, uma vez que fora estabelecido que a cobrança se iniciaria em 2015, ela já estava sendo efetuada, e ainda, porque a prefeitura iria assumir toda a manutenção elétrica da cidade, coisa que não estava ocorrendo. Perguntou com que direito o prefeito realizava a cobrança da taxa, já que a Elektro também estava cobrando. Salientou que o prefeito precisava ter mais responsabilidade e que os vereadores, que tinham votado favoravelmente à taxa, incluso ele, orador, deveriam enquadrar o prefeito, para que ele desse explicações. “O Prefeito está perdendo a noção da coisa, o que está fazendo é o cúmulo do absurdo; o prefeito fazendo coisa errada e nós vamos ficar segurando a bucha?”, perguntou e continuou, criticando os atos do prefeito e de seu gabinete, lembrando-se dos projetos errados que eram enviados à Casa e que tinham



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que ser corrigidos, em vários turnos de votações, e frisou que a equipe do prefeito tinha que prestar mais atenção ao que fazia. “Eu faço minha parte, trabalho, mas os aproveitadores estão denegrindo a imagem dos vereadores, não falam a verdade à população; eles jogam de modo sujo, porque nenhum vereador está de acordo com a cobrança da taxa e nós, da base, precisamos fazer uma reunião com o prefeito, para que ele reveja a lei, porque deram um ‘passa moleque’ em nós, o prefeito tem que ter responsabilidade e nos respeitar, ou, caso contrário, vai acabar ficando sozinho, porque mais uma bucha como esta e eu pulo fora do barco, não vou afundar não, o prefeito que mande projetos transparentes”, destacou. Finalizando, parabenizou os vereadores Dayane Amaro e Waldemar Marcurio, pela votação recebida. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h26, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 102, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 5.141/2011, que dispõe sobre o Fundo Municipal de Manutenção e Ampliação do Zoológico Municipal (FMMAZ)”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 102/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); **“ex-vi” do disposto no § 2º do Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. PARECER Nº 77/2014, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, ao Balancete da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, referente ao mês de junho de 2014;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

(posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Turno Único, o Parecer nº 77/2014, da CFO); (arquite-se); 3. PARECER Nº 72 de 2014, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, aos relatórios da receita e despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim (SAAE), referente ao mês de junho de 2014; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Turno Único, o Parecer nº 72/2014, da CFO); (arquite-se); 4. PARECER Nº 73/2014, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, aos relatórios da receita e despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim (SAAE), referente ao mês de julho de 2014; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Turno Único, o Parecer nº 73/2014, da CFO); (arquite-se); 5. PARECER Nº 74/2014, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, ao Balancete da Câmara Municipal de Mogi Mirim, referente ao mês de junho de 2014; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Parecer nº 74/2014, da CFO); (arquite-se); 6. PARECER Nº 75/2014, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, ao Balancete da Câmara Municipal de Mogi Mirim, referente ao mês de julho de 2014; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Parecer nº 75/2014, da CFO); (arquite-se); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 7. Projeto de Lei nº 98, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “alterando a redação do *caput* do Artigo 5º, da Lei Municipal nº 5.595, de 2014, que instituiu o “IPTU VERDE”; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 98/2014, do Vereador Leonardo Zaniboni); (à sanção do Prefeito Municipal); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 8. Projeto de Lei Complementar nº 15, de 2014, de autoria do Poder



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Executivo, “dispondo sobre a criação do emprego de Motorista, nos termos da Lei Complementar nº 205, de 2006, e dando outras providências”; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 15/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 9. Projeto de Lei Complementar nº 16, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração das Leis Complementares nºs. 267 e 278, de 2013, que versam sobre a estrutura administrativa do quadro de empregos em comissão e a reorganização da estrutura administrativa, no âmbito da Prefeitura Municipal”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 536/2014, de autoria do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por sete (07) dias da discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 16/2014, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, unanimemente, o Requerimento de Adiamento nº 536/2014); (aguardem-se sete (07) dias e insira-se o Projeto de Lei Complementar nº 16/2014 na “Ordem do Dia” da próxima Sessão); **“ex-vi” do disposto no inciso V do Artigo 172 do Regimento Interno e Artigo 47 da LOMMM:** 10. Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01 de 2014, de autoria da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, “incluindo-se inciso ao § 6º, do Artigo 61, da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre casos de obrigatoriedade de audiência pública”. Parecer da Comissão de Emenda à Lei Orgânica. O Projeto deverá ser aprovado por dois/terços dos membros da Câmara, conforme determina o Artigo 47, § 1º da LOM de Mogi Mirim; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Primeiro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

(1º) Turno, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2014, da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela disse que a Dra. Rose Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, estivera presente às galerias da Câmara e que, após a fala da Vereadora Daniela Dalben, sobre ecoterapia, ela, oradora, dirigira-se à Dra. Rose, perguntando-lhe de que forma ela tinha visto a manifestação da vereadora Daniela, respondendo a presidente do conselho, que o Conselho de Saúde era deliberativo; que os cortes na área da saúde estavam sendo imensos; que os tratamentos médicos, nas UBSs, tinham sido cortados; que tinham sido feitos cortes também nas cirurgias eletivas; que os plantões fixos, nos finais de semana, tinham sido suspensos; que os tratamentos odontológicos, nos finais de semana, também tinham sido suspensos, que a ecoterapia tinha sido estabelecida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde e que, o tratamento de ecoterapia custava noventa reais por sessão, um assunto complicado, na opinião da Vereadora Maria Helena. A Vereadora do PSDB afirmou que se iniciava, novamente, o caos nos serviços públicos de saúde em Mogi Mirim e que, a Dra. Rose havia proposto comparecer na próxima sessão, para prestar esclarecimentos aos vereadores. “Eu, ouvindo as palavras do Vereador Luiz Guarnieri, soube que os repasses dos acordos recentes, dos termos aditivos recentes, não estão sendo honrados”, acentuou, explicando, igualmente, que a Diretoria Regional de Saúde, em São João da Boa Vista, vinha repassando à Santa Casa um montante significativo e que, mesmo assim, a Santa Casa estava com dificuldades enormes, porque o repasse do Município à Santa Casa não estava acontecendo da melhor forma. “Eu sempre defendi que os assuntos todos fossem debatidos nesta Casa, o parlamento, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

proponho, então, a discussão aqui, no Plenário desta Casa, com a Dra Rose, que se prontificou a aqui estar e justificar a suspensão do tratamento de ecoterapia, porque o assunto merece nosso acompanhamento, não é possível retornarmos ao caos na saúde e, segundo nos informou a Dra Rose, a situação é alarmante”, colocou e concluiu. Como os próximos oradores, Vereadores Dayane Amaro Costa e Jorge Setoguchi, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que se reportou à questão da suspensão do tratamento de ecoterapia. Ponderou que não sabia quais direitos cabiam ao Conselho de Saúde e se o conselho tinha autoridade para fazer tal corte, já que, pelo que a Vereadora Maria Helena tinha exposto, haviam sido vários os cortes na área da saúde e perguntou onde estava escrito que o conselho tinha o direito de cortar o referido tratamento. “Os membros do conselho não devem ter parentes, que precisam da ecoterapia”, frisou, e, igualmente, salientou que a lei municipal da ecoterapia fora de iniciativa do atual prefeito, quando então vereador. “A presidente do conselho fica sempre nas galerias, mas hoje, como percebeu que iria levar pau, foi embora”, colocou. Aclarou que ansiava pela presença da Presidente do Conselho na sessão da próxima segunda-feira e disse que a pergunta a ser feita, desde logo, era saber se o conselho, da qual era presidente, tinha o direito de fazer o corte da ecoterapia. “Acho que o conselho deve ter coisas mais importantes a fazer, ou cobrar que o prefeito faça, do que cortar o tratamento de ecoterapia, quando as pessoas necessitam, portanto, espero que ela venha na segunda-feira e se explique”, sublinhou e concluiu participação. O próximo orador foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos que, dirigindo-se à Vereadora Daniela Dalben Mota, sugeriu-lhe trouxesse as mães e pais das crianças, que utilizavam a ecoterapia, para as conversações da próxima segunda-feira, com a presença da Presidente do Conselho, porque, quando o assunto era saúde, não se tinha como escolher. Depois, versou a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 14/2014, sobre alterações no Estatuto do Magistério Público Municipal e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

respectivo Plano de Carreira e salários da rede municipal de ensino, que tinha sido retirado pelo Prefeito. “O projeto foi lido, foi retirado, o Prefeito disse que remeteria novamente e, até agora, não subiu para ser votado e as professoras todas ansiosas”, completou. Explicou que desejava colocar ‘os pingos nos iis’, narrando que a Secretária de Educação, Márcia Róttoli Masotti, tinha feito uma reunião com os professores, na qual afirmara que não mais remeteria o projeto à Câmara, porque um vereador havia apresentado uma emenda à matéria. “O vereador que apresentou a emenda fui eu, a emenda incluía os professores de apoio, que estavam de fora do projeto; eu conversei com os professores e faz um mês que eu retirei a emenda, mas, até agora, o projeto não subiu, novamente”, explicou. O vereador falou que a Secretária de Educação tinha reunido os professores para falar mentiras, porque a emenda já tinha sido retirada há tempos, o projeto não fora reapresentado e os professores não aguentavam mais esperar, clamando por uma solução. Ato contínuo, o vereador versou também sobre o transporte escolar, colocando que, algumas vezes, era desanimador ser vereador, porque ele se sentia inoperante frente certas situações. Destacou que já fazia tempo que estavam lutando junto aos empresários do setor do transporte escolar; que um dos empresários tinha lhe telefonado, em desespero, porque precisava despedir vinte e sete funcionários e a Prefeitura não lhe tinha pagado ainda, o mês de junho; que a situação era difícil; que ele não conseguia entender qual o raciocínio do prefeito na questão; que, talvez, a Secretária Márcia Masotti tenha discutido com os profissionais do setor e, por birra, não desejasse mais os serviços, que tal situação era desanimadora, porque as pessoas brigavam, discutiam, faziam reuniões, mas o problema não era nunca resolvido e que, ele continuaria cobrando, lutando, porque a situação estava cada vez mais complicada. Para encerrar, falou de indicação que apresentou, para implantação de uma ciclofaixa no Distrito Industrial, explicando que a via de acesso ao distrito era muito perigosa, com grande fluxo de bicicletas, pois os trabalhadores tinham ânsia de chegar às



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

suas casas e que, solicitava a ciclofaixa para garantir a segurança dos trabalhadores do distrito industrial. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que discursou acerca da CIP. Disse que estava acompanhando as manifestações sobre a taxa de iluminação nas redes sociais; que tinha sua forma particular de ver as coisas e sempre procurara ser imparcial nas suas votações, no sentido de não praticar politicagem; que havia votado favoravelmente à contribuição da iluminação pública, haja vista a instrução normativa da ANEEL, Artigo 21, que rezava que a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação públicas eram de responsabilidade do ente municipal, ou de quem tivesse recebido deste, a delegação para prestar tais serviços; que tal norma era uma norma federal; que os municípios teriam que arcar com a responsabilidade, infelizmente, porque a realidade era essa e que, o que não deveria nunca ocorrer, mas ‘o querido prefeito’ fazia, era usar de engodo com todo mundo. “Votei alguns projetos com ele, o prefeito, porque sou coerente, e existem projetos que são matérias difíceis, coisas das quais não é possível fugir, como, por exemplo, a votação da revisão da planta genérica de valores, à época de Carlos Nelson Bueno, e a questão da iluminação pública foi algo semelhante, porque ninguém quer aumentar a taxa, mas, infelizmente, este prefeito usa de sacanagem, ou se faz de bobo, ou crê que somos bobos; naquela época, mandou-nos uma tabela, com valores iniciais de um real e noventa centavos, nós acreditamos e aprovamos a matéria, porque era embasada numa resolução da ANEEL e metade dos municípios paulistas já tinham aderido, porém, ele nos usou, porque votamos uma coisa e ele colocou em execução outra coisa, completamente diferente”, explanou. “Este prefeito faz papel de bobo, mas não é nada bobo; todos os projetos que aprovamos, acreditando nele, ele passou a perna em nós e eu tenho até dó dos vereadores da situação, que foram obrigados a votar vários projetos goela abaixo e não têm como se explicar, mas, a partir de hoje, ele não me pega mais; ele



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acerta uma coisa e depois faz outra, que lhe é conveniente, ele usa de engodo para com esta Casa de leis, como foi o caso do projeto das férias dos funcionários, para o qual ele baixou decreto e nos deixou com cara de bobos, portanto, chega de fazer papel de bobo nesta Casa”, sublinhou e finalizou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que falou sobre saúde e sobre o Serviço Móvel de Atendimento de Urgência – SAMU. Disse que, preocupado com o atendimento do SAMU, contratado do Consórcio Intermunicipal de Saúde Oito de Abril, tinha convidado os Vereadores Daniela Dalben Mota e Ary de Macedo, bem como outros vereadores das cidades de Itapira, Estiva Gerbi e Mogi Guaçu, para averiguação de como estava sendo feito o atendimento do SAMU nas cidades consorciadas. Explicou que cada cidade apresentava seu problema particular, em relação ao atendimento, tais como, por exemplo, a localização da sede do serviço, que era tida como boa em Mogi Mirim, mas ruim em Mogi Guaçu, pois ficava num bairro periférico; que a observação feita em outros municípios, de como se dava o serviço, poderia fazer com que o serviço melhorasse em Mogi Mirim, cidade que, sob a ótica do orador, apresentava o pior atendimento entre os consorciados, porque, praticamente, todas as ocorrências, fossem elas ‘código verde’, ou ‘código vermelho’, eram assistidas pelo SAMU, congestionando o atendimento, quando nas outras cidades, o serviço era dividido com as ambulâncias comuns; que o congestionamento no atendimento do SAMU trazia grande insegurança à população, que, por conseguinte, revoltava-se com o serviço prestado, que os profissionais do SAMU também ficavam ansiosos com esta situação e que, os vereadores tinham que cobrar do Prefeito, para que ele introduzisse as ambulâncias comuns, chamadas ‘branquinhas’, no atendimento dos ‘códigos verdes’, de baixa gravidade, deixando os ‘códigos vermelhos’ para atendimento do SAMU, contornando, assim, o grande número de chamadas e trazendo um pouco mais de segurança aos munícipes. O vereador informou ainda, que os profissionais do SAMU compravam o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próprio uniforme; que era como um trabalho voluntário, que eram muitos os problemas do SAMU e que ele, orador, continuaria lutando pela melhoria do serviço e das condições de trabalho dos profissionais envolvidos. Depois, mudando de foco e comentando sobre a taxa de iluminação, aclarou que, em alguns municípios, a CIP não era sequer aprovada pela Câmara, mas sim, estabelecida através de decreto, porém, que ele não tinha plena certeza disso, ponderando que iria estudar a questão. Pediu ainda, a atenção dos pares para um projeto sobre habitação, que estava prestes a chegar à Câmara e que poderia ser outro problema. Para concluir, destacou o Projeto de Lei nº 105, lido na presente sessão, coibindo o uso não racionalizado de água potável em Mogi Mirim, afirmando que a falta d'água era algo grave, que o projeto deveria ser votado, com urgência, e que, o prefeito poderia ter feito a coibição por decreto, sem necessidade do aval da Câmara, o que resultaria um trâmite mais acelerado. “Temos que usar dos nossos poderes de negociação e ficarmos espertos, vamos aprovar um projeto que é legal, porque Mogi Mirim corre risco de desabastecimento”, disse, finalizando. Como o próximo orador, Vereador Leonardo David Zaniboni, inscrito, desistisse da palavra, fez uso da mesma o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, que discursou acerca do Conselho Municipal de Saúde e suspensão do programa de ecoterapia. Manifestou que era extremamente oportuno chamar a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Dra Rose Silva, para discussão a respeito da ecoterapia, sugestão dada pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que obtivera a concordância da Vereadora Daniela Dalben, para que todos pudessem parlamentar com tranquilidade e transparência, objetivando que as crianças, usuárias do serviço, não ficassem prejudicadas. Disse que desejava ampliar a discussão do Conselho de Saúde, na reunião da próxima segunda-feira. Explicou que não conseguira participar da última reunião do conselho e que pedira ao seu assessor, Felipe Vedovato, que o representasse, recebendo dele o relatório, de que a reunião tinha sido muito negativa, difícil em muitos sentidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“Gostaria que a Presidente do Conselho, Dra. Rose Silva, se explicasse, dissesse o porquê dessa situação tão constrangedora, porque um conselho, o próprio nome já diz, é para auxílio, assessoria, para conselho, e não foi o que aconteceu, neste aspecto”, colocou. “O próprio Conselho de Saúde sugeriu a retirada do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, das dependências do Lar Espírita Maria de Nazareth, para que fosse encaminhado à APAE, o que é outra polêmica”, frisou. Explicou que conhecia a senhora Sueli e seus irmãos, administradores do Lar Maria de Nazareth; que marcara agenda e tinham se reunido; que a Sra. Sueli tinha dito, que não lhe haviam dado qualquer chance de se explicar, mostrar o que estava acontecendo; que era bom citar, que o CAPS, anteriormente, ficava instalado próximo ao Supermercado Sol Horticenter, sendo, posteriormente, transferido para as instalações do Lar Maria de Nazareth, visando redução de custos e uma melhor prestação de serviços às pessoas, que necessitavam do atendimento; que não entendia o porquê da mudança do CAPS, para as dependências da APAE; que ele até se irritara, em outro ponto, porque uma funcionária, que trabalhava no Lar Espírita Maria de Nazareth, tinha sido contratada pela APAE e estava visitando os atendidos, do Lar Maria de Nazareth, para que fossem atendidos na APAE, numa total falta de ética, sob a ótica do vereador, e que, depois da visita à dona Sueli e seus irmãos, ele, orador, buscara um encontro com Paulo Zeni, Presidente da APAE, que afirmou iria verificar o que estava acontecendo. “Somos vereadores e temos que defender os interesses das instituições, principalmente, das que prestam serviços sociais essenciais à comunidade, portanto, as entidades não podem ser tratadas desta forma, logo, com a concordância dos nobres pares, peço vênua para ampliar a discussão e convidar a senhora Sueli e seus irmãos, bem como um representante da APAE, para a reunião da próxima segunda-feira, com o Conselho de Saúde, para explicações e para que possamos encontrar soluções, com tranquilidade e transparência, em benefício dos usuários, que necessitam da entidade, nunca da forma como está sendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conduzido”, relatou. Finalizando, a respeito da retirada e não reapresentação do Projeto de Lei Complementar nº 14/2014, assunto trazido à baila pelo Vereador Daniel dos Santos, o Vereador Luiz Guarnieri posicionou-se em concordância com a fala do Vereador Osvaldo Quaglio, em seu discurso, observando que o episódio tinha servido de lição para os demais vereadores. Na sequência, discursou a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que se dirigiu ao Vereador Luiz Guarnieri, versando sobre a mudança do CAPS, para as dependências do Lar Maria de Nazareth. “Em relação à mudança do CAPS, que antes se localizava perto do Horticenter, para o Lar Maria de Nazareth, o que tem sido questionado pelos atendidos, é que eles estavam habituados a fazer aquele caminho a pé, ou de bicicleta, pois muitos não entram em veículos, e com a mudança da área central, para o Lar Maria de Nazareth, os atendidos deixaram de comparecer à terapia”, explicou. Elucidou que os atendidos eram muitos, doentes psiquiátricos rejeitados pela população e família, que, no CAPS, eles encontravam um lugar onde eram extremamente bem acolhidos e que, a mudança tinha trazido uma desestruturação de tal realidade. Explicou ainda, que existia legislação pertinente, porque o Lar Maria de Nazareth possuía características, dentro do convênio com a saúde, de um hospital para determinados tipos de deficientes mais graves, portanto, aclarou que o Lar não poderia ter recebido este outro trabalho, o CAPS, porque interferia na ampliação das atividades para os deficientes, residentes no Lar, citando, como exemplo, a piscina, que era destinada ao uso dos deficientes, a qual se pretendia lacrar, definitivamente, privando os residentes, que tinham direito a um asilo, a uma área onde se encontrar, para lazer nos finais de semana. “É necessário ver o que é melhor para ambos, mas vamos conversar na próxima segunda-feira”, sublinhou. A Vereadora do PSB citou ainda, o fechamento do albergue noturno, perguntando onde as pessoas da rua iriam ficar, muitas delas, pessoas da cidade, tais como, os doentes psiquiátricos, que eram jogados pelas famílias nas ruas e que tinham, pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

menos, o direito a um atendimento humanizado, o direito de um olhar, de um olhar preocupado com eles. Ainda sobre o albergue, finalizando sua fala, lembrou que aguardava uma posição do Ministério Público, que iria efetuar uma cobrança de posição da Prefeitura, para que a administração se reportasse à entidade, inquirindo dessa o porquê do fechamento do albergue, sem outra alternativa. Fez uso da palavra, em “Explicação Pessoal”, o Vereador Cinoê Duzo, que retomou o assunto da CIP. Primeiramente, falou sobre a votação do projeto de privatização do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, que fora feita em meio a atropelos, num verdadeiro caos, numa correria, desde o envio do projeto pelo Executivo, até a sua apreciação e aprovação. Lembrou que depois de tudo isso, semanas após a votação, o prefeito tinha reconhecido todo o atropelamento e que, em virtude de falhas regimentais, ele poderia sofrer consequências oriundas do MP, mandando, então, um projeto de revogação da lei, que foi, enfim, revogada. Prosseguindo, disse que após todo este processo, com mais tranquilidade, o prefeito remetera um segundo projeto de lei, referente ao SAAE, e que, ele, vereador, estava explicando todo este trâmite, porque a ideia da revogação da CIP, sugerida por ele, seguia o mesmo raciocínio: se não ocorrera critério na votação da CIP, que o prefeito mandasse novo projeto, revogando a lei e aplicando novos valores, os anteriormente mencionados, menores que os atuais. Lembrou que, quando vereador, o Prefeito Gustavo Stupp dizia sempre, que a cidade era feita de pessoas, mas que, depois de eleito, tinha se esquecido disso. “Todos nós moramos aqui e temos amor pela cidade, portanto, fica o apelo para que ele mande um projeto, revogando a CIP, esperando dele coerência, sensibilidade, haja vista que a decisão influenciou a vida das pessoas, algo muito sério”, destacou. “O prefeito está totalmente desacreditado na cidade”, frisou o vereador e finalizou sua fala. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio, que replicou a fala do Vereador Luís Roberto Tavares. Narrou episódio com ele corrido, há semanas, de quando atendera ao telefonema de um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

munícipe, que tinha solicitado o atendimento do SAMU às 9 horas da manhã; que este cidadão intercedia por um paraplégico, pessoa cadeirante; que este cidadão tinha retornado o pedido ao SAMU, novamente, por volta das 12 horas; que a médica ‘muito bocuda’ tinha respondido ao chamado telefônico, dizendo ao munícipe que não havia transporte, sugerindo ao cadeirante que fosse à Santa Casa, por conta própria, propondo, igualmente, quando mencionada uma possível intervenção da vereança, que o vereador levasse o cadeirante, no colo, para atendimento, e que, isso era algo muito problemático. Dirigindo-se ao Vereador Luís Roberto Tavares, o edil do PT explicou que o SAMU não era um serviço voluntário, pois os funcionários trabalhavam mediante salário. “Quando o Vereador Robertinho fala em defesa do pessoal do SAMU, vou retrucar, porque o serviço deixa muito a desejar, principalmente, para a população mais humilde de Mogi Mirim, portanto, desculpe-me contradizê-lo, vereador, pois talvez nem tenha conhecimento de tais fatos, mas a saúde está ruim em Mogi Mirim e o SAMU, pertencendo ao consórcio, eu imaginei até que propiciasse um atendimento melhor, mas deixa muito a desejar, então, eu não defendo o SAMU, haja vista essas péssimas atuações”, pormenorizou e finalizou seu discurso. A próxima oradora foi a Vereadora Daniela Dalben Mota, que completou sua fala inicial. Expressou que concordava com a presença da Dra. Rose Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, na próxima segunda-feira, na Casa, para discussão das questões levantadas e solicitou também, a presença do Secretário Municipal de Saúde, Gérson Rossi Junior, para respaldo de informações. Quanto à pergunta feita pelo Vereador João Antonio Pires Gonçalves, sobre a autoridade do conselho, informou-lhe que o conselho era deliberativo, portanto, detinha poderes de cortes, mas nunca operando contra deliberações do SUS, as de equidade, universalidade, integralidade. Colocou que o conselho não podia cortar um programa, justificando falta de prioridade, porque, como havia dito o Vereador Luiz Guarnieri, o conselho existia para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fiscalizar situações de superfaturamento e para cobrar atitudes, que não estavam acontecendo na administração, tais como, as cirurgias eletivas e exames, ou seja, o que já fora exposto pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, em sua fala. “Não consigo entender um conselho que atua contra serviços de saúde, que faz cessar um serviço da saúde, pergunto onde estão, nessa decisão, os princípios do SUS e é isso que eu questiono, e sei que o poder do conselho é muito grande, até para impedir agenda de saúde, a programação anual da saúde, logo, a atuação do conselho tem que ser participativa, então, se o conselho tem que somar, tem que brigar por atividades de saúde, tem que lutar pela equidade, universalidade e integralidade, por que interrompeu o serviço?”, inquiriu a vereadora. Declarou que existiam outras maneiras de agir; que ela poderia defender várias vias e ambos, conselho e ela, estarem certos, que não estava para defender o conselho, tampouco o município, mas sim o povo, porque o conselho tinha reprimindo uma classe já muito oprimida, e que, esperava pela presença dos membros do conselho, bem como a do Secretário Municipal de Saúde, na próxima segunda-feira, para debate de ideias e soluções. O último orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires que, desde logo, salientou que nada justificava a interrupção de um tratamento tão importante, como era a ecoterapia, por picuinhas, ciúmes político, inveja, ou falta de capacidade. Aclarou que existiam muitas coisas a serem investigadas antes do programa de ecoterapia, justamente, um programa que não podia ser suspenso, e que tal ocorrido tinha sido o cúmulo do absurdo. Questionou que poder era esse, que o conselho detinha, pois o grupo atropelava e passava por cima de pessoas, as quais tinham necessidades especiais, agindo assim, talvez para fazer média política, ou politicagem barata. “Não podemos aceitar isso, eu estou para o que der e vier e para defender o seu trabalho Vereadora Daniela Dalben e para defender as pessoas que necessitam, porque cessar o programa foi coisa de gente desinformada, não se pode barrar o tratamento por capricho, ou porque um grupo quer que ele pare, atrapalhando o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

andamento de quem faz alguma coisa útil neste município”, afirmou. Prosseguindo, mas noutro foco, o Vereador criticou certo vereador, que tinha apresentado uma solicitação, para a realização dos Jogos dos Trabalhadores, na cidade, quando era público e notório, que tais jogos já estavam programados para o mês de maio de 2015 e ainda, quando o próprio Secretário de Esportes havia assegurado, em entrevista ao jornalista Geraldo Bertanha, na rádio local, que o município iria realizar os Jogos dos Trabalhadores, com data fixada no calendário de 2015. “E o vereador faz o requerimento, pedindo uma coisa que o secretário disse, em entrevista, que vai realizar, então, é uma coisa de louco, tem uns vereadores que deveriam ter um mínimo de vergonha na cara, porque temos que respeitar um ao outro e isso, é atropelar; acontece há muito tempo nesta Casa, sempre o mesmo, então, penso que se deva formar uma comissão, especialmente voltada para cuidar desse tipo de coisa, porque certo vereador fica tirando a gente de tonto, é o cúmulo do absurdo e creio que requer punição”, registrou. Por fim, sobre a CIP e os discursos correlatos, acentuou que o Prefeito Municipal tinha que ter mais responsabilidade; que ele não podia fazer o que estava fazendo, que o prefeito estava sendo injusto com todos, tanto com os vereadores da oposição, bem como com os da situação, e que, também não era postura correta a de outro vereador, que sabia de todo o processo de votação da matéria e ficava na rede social – Facebook, publicando mentiras para a população. Posto isto e não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h16, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM